

# A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA ORGANIZAÇÃO

Marcos Mergarejo NETTO<sup>1</sup>  
*Universidade Estadual Paulista*

## RESUMO

O presente artigo aponta para algumas questões acerca da agricultura familiar, sua organização, desenvolvimento e alcance, no significativo meio rural brasileiro. Inicialmente aponta para os antecedentes da formação de sua mão-de-obra e ocupação de espaço durante os quase quatro séculos de colônia e escravidão, sendo esta situação, substancialmente alterada a partir de meados do século XIX com a imigração européia e com decisiva influência sobre o modo de produção agrícola, enquanto estendia sobremodo, profundas alterações na estrutura agrária brasileira. A agricultura familiar sempre foi um meio eficiente para a subsistência familiar. Esse arranjo produtivo, presente em todo o mundo, tem se tornado uma vigorosa fonte de recurso alimentar e importante meio de sustentação econômica, demandando, contudo, intermináveis discussões acerca de sua sustentabilidade e relações ambientais. Assim, nesta abordagem são elencadas algumas perspectivas, que apontam para estratégias que otimizem as relações da agricultura familiar com o mercado, sem, no entanto perder suas características tão caras à tradição.

**Palavras chave:** colonização; agricultura familiar; meio ambiente; sustentabilidade; agroindústria.

## ABSTRACT

This article points out some issues about the family farm, its organization, development and scope, significant in rural areas. Initially points to the history of the formation of its labor force and occupation of space during the nearly four centuries of colonial and slavery, and this, substantially changed from the mid-nineteenth century with the European immigration, with decisive influence on the mode of agricultural production, while extremely extended, deep changes in the Brazilian agrarian structure. The family farm has always been an efficient way for family subsistence. This production arrangement, present in the world, has become a strong source of food resources and important means of economic support, demanding, however, endless discussions about their sustainability and environmental relationships. Thus, in this approach are listed some perspectives that point to strategies that optimize the relationship of family farming with the market, without however losing its characteristics so dear to the tradition.

**Key-words:** colonization; family farming, environment, sustainability, agroindustry.

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um sistema de produção agrícola, que permeia as atividades econômicas agrárias desde o início da colonização do Brasil, no início do século XVI. A partir da instalação das grandes fazendas no litoral nordestino, também em São Vicente, no atual Estado de São Paulo; a agricultura familiar começou a despontar como meio eficiente à subsistência das famílias, bem como de arranjo produtivo de suplementação alimentar, quando não, única fonte de alimentos para aquela população.

O incremento das atividades mercantis européias, com o advento das grandes navegações fez com que no Brasil, uma das

terras novas, fosse implantado um modelo de agricultura baseado nas “grandes fazendas”, após um período de puro extrativismo na costa brasileira. Essas propriedades recebidas inicialmente como capitânicas por donatários portugueses, seria a primeira forma de colonizar o território recém achado. Passado o surto extrativista do pau-brasil, ainda no século XVI inicia-se o plantio da cana-de-açúcar no litoral nordestino, proporcionando uma das maiores riquezas à coroa portuguesa, com a exportação do açúcar, num período que ficou conhecido como o Ciclo do Açúcar (HOLANDA, 1976). Simultaneamente, aconteceram os ciclos ancilares, como o do gado e tabaco, que serviam não só à exportação e à troca por escravos, mas também ao custeio e

consumo. Séculos depois, outros produtos como o café e o cacau foram incorporados ao modelo monoculturista.

Simultaneamente a esse ciclo acontece o início da agricultura familiar, nas franjas dos grandes latifúndios, como meio de subsistência de pequenos agricultores não agraciados com a propriedade. Segundo Holanda (1976), o grande latifundiário costumava ceder uma parte de sua fazenda, na esperança de que o trabalho alheio valorizasse o restante de seu latifúndio. Posteriormente, também no entorno das zonas de mineração o pequeno agricultor, junto com sua família, torna-se a solução ideal para o provimento de alimentos à população local. Todavia, seu estabelecimento somente é possível, quando permitido ou, às vezes, estimulada pelo proprietário.

Este foi o início de um modelo que se perpetuaria no meio agrário brasileiro, o qual, nos dias atuais, muito se debate a respeito de um modelo que se sustente ambientalmente. Entretanto, em que pese tais discussões, a agricultura familiar brasileira segue seu caminho e reafirma-se como categoria expressiva no meio rural brasileiro.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS E DESENVOLVIMENTO

Esta introdução remete ao passado distante da colonização brasileira e obviamente, sua estreita ligação com as atividades agrárias. Daí não se pode abster do peso da história para a compreensão de um processo em constante mutação. Abreu (1997) aponta que não são poucas as ocasiões que muitos dos problemas atuais tem origem distante no tempo e ressalta a organização territorial como um campo fértil para tais estudos. Moraes (1999) defende a noção de que

as sociedades humanas, para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem relações vitais com seu espaço. Logo, tal perspectiva nos ajuda a compreender o processo de construção das relações do sujeito com seu espaço, suas necessidades e os impactos e reflexos sobre a natureza, economia e a sociedade. Uma situação de simples ocupação e aproveitamento do espaço pode evoluir para sua transformação cada vez mais ampla e profunda, pela sociedade, onde a produção de bens estará afeta às necessidades individuais e coletivas, bem como a adequação ao meio ambiente circundante.

Moraes (2005) afirma que: *“todo processo de colonização tem por origem a expansão territorial (...), que avança sobre um espaço novo, com intuito de incorporá-lo à sua área de habitação”*; por conseguinte, condição geral da produção e da existência humana, porquanto a sociedade como força produtiva, aliada aos meios por ela mesma criados, é o agente da transformação travestida por qualquer que seja o ator. Destarte, há um movimento, que se desfaz e renova continuamente pela ocupação do espaço e, sua incorporação pela sociedade e pelos meios produtivos. Daí Moraes (2000) apontar sobre a transitoriedade do período colonial: *“o movimento era dotado em si de periodização própria”*, cujas características específicas a cada conjuntura, surgiam em face dos variados incentivos que lhe vem de fora.

Contudo, Moraes (2005) afirma: *“nem toda expansão resulta diretamente em colonização”*. Ela somente ocorre quando há uma efetiva ocupação do espaço, ou seja, é, necessário a um assentamento certa dose de fixação e perenidade, ainda que historicamente transitória. O autor destaca ainda que a colonização envolve conquista, e esta se objetivava na submissão das populações

encontradas, na apropriação dos lugares, e na subordinação dos poderes eventualmente defrontados. Daí a necessidade, em qualquer situação, do colonizador montar uma base de assentamento para suas operações, o que de certa forma viria a constituir a origem do território colonial. Assim, Moraes (2005) enfatiza que a colonização é antes de tudo, uma relação sociedade-espço. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os “naturais” do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural local.

Inicialmente, pelas Capitãrias Hereditárias e estas, por meio de sesmarias procura-se ocupar o solo de forma permanente, e encontra no açúcar o seu destino econômico e se tornando com o engenho, a unidade produtora da colônia (MERCADANTE, 1973). Gorender *apud* Erthal (2006) informa que cada donatário recebia, para si, a concessão de 20% das terras de sua capitãria, sendo que os outros 80% eram destinados a doações gratuitas, as sesmarias, cujos titulares não necessitavam pagar o foro, mas unicamente o dízimo, objetivando a propagação da fé.

Daí essa colonização portuguesa no Brasil, segundo Mercadante (1973) assentaria os seus alicerces no aproveitamento agrícola das terras, fazendo uso de uma experiência de agricultura tropical, adquirida nas ilhas do Atlântico (Açores, Cabo Verde, Madeira). Vale salientar que ao colonizar o Brasil, Portugal não transferiu o modo de produção feudal dominante na metrópole e, por outro lado, o chamado modo de produção primitivo dos nativos não se impôs ao do colonizador, como observa Gorender *apud* Erthal (2006). Contudo, a agricultura no Brasil, por um longo período foi baseada no trabalho escravo. Uma dinâmica produtiva colonial, fundada na escravidão e

integrada à economia do mundo. Gorender *apud* Erthal (2006) afirma que o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu na determinação de fatores complexos socioeconômicos rigorosamente no binômio tempo/espço, isto é, no bojo de um contexto histórico, bem determinado. Martins (1981) aponta que no regime de trabalho escravo, a condição cativa, a jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador eram crua e diretamente regulados pelo lucro do fazendeiro. O mesmo não ocorria com o trabalhador livre que, sendo juridicamente igual a seu patrão, dependia de outros mecanismos de coerção para ceder a sua capacidade de trabalho.

Ademais, afirma Erthal (2006) a “força de escravatura” tornou-se um fator fundamental à obtenção de sesmarias, na medida em que a presença quantitativa de escravos, mão-de-obra cara e, em certas ocasiões, de difícil obtenção, era importante indicativo da capacidade econômica do requerente. Martins (1981) acrescenta que, na economia colonial, o processo de constituição da força de trabalho é regulado antes de mais nada pelas regras de comércio e muito na dinâmica de abastecimento da força de trabalho. Erthal (2006) salienta que, trezentos anos separaram a economia açucareira (século XVI) da cafeeira (século XIX); no entanto, em ambas as regiões dedicadas a essas culturas, a terra representou apenas um décimo do valor das sesmarias, numa relação de sua importância.

Destarte, a escravidão no Brasil tenha acompanhado o sistema econômico imposto pela metrópole e este, teoricamente durado até o final do século XIX, há que se dizer que a agricultura familiar ou de subsistência lhe seja propícia. Mesmo por que, alguns escravos

também tinham licença para produzir alimentos no entorno das monoculturas, fato comprovado pelas comunidades rurais que até hoje perduram e cujos habitantes se constituem de afro-descendentes, independente das formações quilombolas.

Erthal (2006) aponta para o fato quando afirma que os escravos dedicavam seus esforços à lavoura e ao beneficiamento do produto a ser exportado; no entanto poderiam trabalhar em pequenos lotes concedidos em usufruto, situados genericamente em área distante do núcleo produtivo central, normalmente em terras de baixa fertilidade. Dedicavam-se então à cultura de gêneros alimentares para autoconsumo e eventualmente a venda de excedentes, em seu dia de folga, principalmente aos domingos. Normalmente, esse cultivo acontecia nos intervalos sazonais, que não coincidiram com o auge da colheita e/ou plantio. Assim, junto à monocultura praticada e destinada à exportação era praticada uma policultura, de gêneros de primeira necessidade e realizada pelos agregados e/ou até mesmo pelos próprios escravos.

Acrescente-se o fato de que, segundo Carvalho Franco *apud* Erthal (2006), quando o fazendeiro necessitava de terras, ainda que de baixa qualidade, não hesitava em expulsar não só os escravos de sua pequena lavoura, mas também os agregados. Estes formavam uma reserva de mão-de-obra que, a qualquer hora, poderia ser recrutada pelo senhorio para exercer esta ou aquela tarefa não econômica, inclusive ligada à defesa.

O sistema escravocrata perdurou por quase quatro séculos. No entanto, no final do século XIX o sistema escravocrata chegaria ao final, pelo menos legalmente. São lançadas, muito a contragosto, as bases do trabalho livre nas grandes propriedades agrícolas brasileiras. O

meio encontrado foi a imigração de trabalhadores europeus, muito dos quais em dificuldades em seus países de origem e em busca de oportunidades de trabalho e realização. Dessa forma, em diversas regiões do país, no período de 1850 até 1930, os imigrantes influenciaram na qualificação da mão-de-obra, na arquitetura, na culinária, na cultura e em várias outras áreas. Assim, foi o estabelecimento das novas relações de produção, constituindo a força de trabalho necessária à cultura do café, principal monocultura predominante à época.

Martins (1981) aponta que na verdade, a colonização oficial, com a imigração estrangeira foi justificada pela ascensão dos preços de alimentos, sobretudo nas cidades maiores. Com a imigração e a implantação da pequena agricultura em colônias, a oferta de gêneros poderia aumentar, contribuindo para a queda dos preços. No entanto, continua o autor, os fazendeiros manifestaram-se contrários a tal plano, pois entendiam que eram as grandes fazendas de café que necessitavam de trabalhadores e não a pequena produção de alimentos. Conclui Martins (1981) que o tipo de colonização preconizado pelos fazendeiros, de fato reduziria os imigrantes a um estado de necessidade permanente, de pobreza, de modo que não pudesse encontrar outro meio de vida senão o trabalho para terceiros. Ou seja, a realidade para o imigrante, de transformar-se num pequeno agricultor, não seria nada fácil. Simultaneamente, Mançano (2006) informa que a propriedade privada da terra foi instituída pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, e determinava que a única forma de acesso à terra seria por meio da compra. Se por um lado extinguiu-se a doação de terras como sesmarias, inaugurava-se desde o final do século XIX a grilagem de terras e um dos principais problemas fundiários do Brasil.

O Brasil vive, entretanto um paradoxo, na avaliação de Sachs (2003), quando considera o fato do Brasil rural, com um passado colonial e escravocrata representar, ao mesmo tempo, um extraordinário potencial de desenvolvimento e o maior repositório da miséria e da exclusão. O autor aponta que existe um duplo desafio de aproveitar este potencial e resgatar a dívida social, por meio da consolidação e modernização da agricultura familiar existente, além de sua ampliação por meio da reforma agrária, como única maneira de conciliar as duas tarefas. Esta por sua vez tem contribuído para que agricultores familiares se estabeleçam em áreas antes ocupadas por grandes fazendas, constituindo os assentamentos.

A ancoragem no passado, como é próprio das tradições rurais e um mundo novo de transformações do agricultor familiar, não vão produzir de imediato uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, concomitante irá gerar um agricultor portador de uma tradição camponesa, que permita adaptar-se às novas e constantes exigências da sociedade. Para tanto, deverá haver o acesso à terra, ao conhecimento, às técnicas apropriadas, bem como à infra-estrutura, ao crédito e ao mercado. A agricultura familiar atual deve adaptar-se ao contexto contemporâneo e dinâmico da sociedade, ou seja, organizar sua produção e introduzir modificações em sua forma de produzir e adequar-se ao uso de máquinas e implementos agrícolas, além de qualificar sua mão-de-obra. Destarte, deve ajustar sua vida social, fundada nas melhores tradições ao longo dos séculos.

## **A AGRICULTURA FAMILIAR**

Afinal, o que é agricultura familiar? Daí a necessidade de entender seu conceito. De

forma mais simples, pode ser entendido como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume todo o trabalho no estabelecimento produtivo, ou melhor, tais vinculações são mediatizadas por relações de parentesco. Também é heterogênea; em cada país, em cada região, os agricultores possuem valores e ambições diferentes em relação ao projeto familiar original, demonstrando uma imensa capacidade de adaptação a situações diversas, desse modo, não existe um padrão, nem referência a um modelo agricultor familiar, com um mesmo sistema de valores. Tais unidades de produção se diferenciam pela diversidade e capacidade do agricultor de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los, para a atividade primeira de produzir mercadorias, tendo como eixo a satisfação das necessidades básicas do núcleo familiar, ou seja, uma unidade onde se produz e consome o que produziu, com o excesso virando moeda de troca. Carneiro (1999) afirma que a unidade familiar, entidade eminentemente plástica e mutante, tem a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais, em arranjos, não raro, que dialogam com a tradição.

A agricultura familiar está presente por toda parte do mundo, qualquer que seja o país, sua história ou seu sistema político. Segundo Abreu (2005) essa forma social de produção particular é a prova evidente de uma grande capacidade de adaptação e toma atualmente, uma dimensão abrangente e universal. Carneiro (1999) salienta que é importante ter em mente que a família, lugar de produção e reprodução de valores, integra relações sociais, não reduzindo-os à lógica do parentesco, à racionalidade econômica ou à divisão do trabalho.

Entende-se que as atividades econômicas da agricultura familiar se determinam segundo diferentes lógicas e arranjos provenientes tanto de traços e valores culturais, quanto da interferência do ambiente externo, na medida em que há uma lógica de produção relacionada com o que demanda o mercado. Daí, trabalho e gestão encontram-se intimamente relacionados e a direção dos processos é assegurada diretamente pelo agricultor e sua família, com determinado grau de integração à sociedade econômica. Todavia, como assegura Carneiro (1999) a agricultura familiar não é sinônimo de trabalho familiar, o que a distingue é o papel preponderante da família como estrutura fundamental da organização de reprodução social. Acrescente-se um determinado modo de percepção e representação do meio ambiente, com ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, e eventualmente o trabalho assalariado complementar.

## A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO

Indaga-se então, qual a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento? Para Veiga (2005) trata-se do sinônimo de crescimento econômico e simplifica, reduzindo a margem de dúvida sobre essa noção, embora persistam as dúvidas sobre os seus principais determinantes. Para isso é preciso repensar os modelos de agricultura, apropriar-se de sua experiência histórica pelo longo dos séculos, bem como reavaliar os debates teóricos do passado além das dúvidas do presente. Romeiro (1998) avalia que é na agricultura que se encontra ainda hoje, um grande reservatório de empregos e auto-empregos. Seu efeito é dinamizador e, diga-se de passagem, nos países com reservas de terras agricultáveis a

chance de superar a pobreza, o desemprego, a fome e a exclusão social, a despeito das ações políticas, encontraria na expansão da agricultura familiar moderna um de seus melhores vetores.

Segundo dados da EMATER-MG (2004), o Brasil possui aproximadamente 5 milhões de estabelecimentos rurais. Deste total, mais de 4 milhões são da agricultura familiar, o que representa 85%. Entretanto, a área ocupada com tais estabelecimentos apontados como de agricultura familiar é de apenas 30%. Corroborando os dados apresentados, a Tabela 1 abaixo apresentada confirma o nº de 5.204.130 estabelecimentos agropecuários, segundo dados do Censo Agro de 2006, com uma área de 354.865.534 hectares, ou 3.548.655 Km<sup>2</sup>. Daí o número correspondente, segundo os cálculos da EMATER-MG (2004), de 4.423.510 (85%) estabelecimentos em uma área aproximada de 106.459.660 (30%), ou ainda, uma média de 24 hectares para cada propriedade, cujos dados calculados são apenas estimativos, com enormes variações dentro da enorme complexidade territorial brasileira. Entretanto, observa-se ainda na Tabela 1 que o “Pessoal Ocupado, com Laços de Parentesco com o Produtor” alcança o elevado percentual de 78% (2006), salientando a indicação de uma grande concentração de propriedades com mão-de-obra familiar, ou seja, um forte indicativo de agricultura familiar e sua importância no contexto econômico nacional.

Os dados apresentados atestam também a importância econômica da Agricultura Familiar, correspondente a 38% no Valor Bruto da Produção Agropecuária brasileira (EMATER-MG, 2004). Contudo, essa situação pode ser alterada. Calzavara (2004) aponta que os estudos sobre agricultura familiar a demonstram como alternativa

Tabela 1: Dados Estruturais dos Censos Agropecuários: 1985 a 2006

Dados Estruturais dos Censos Agropecuários de: 1985, 1995 e 2006			
CENSOS	1985	1995	2006
Estabelecimentos	5.801.809	4.859.865	5.204.130
Área Total (ha)	374.924.929	353.611.246	354.865.534
Utilização das terras (ha)			
Lavouras (ha)	52.147.708	41.794.455	76.697.324
		4.337.693	4.745.350
Pastagens (ha)	179.188.431	177.700.472	172.333.073
		2.908.994	2.903.485
Matas e Florestas (ha)	88.983.599	94.293.598	99.887.620
		2.100.468	2.117.438
Pessoal Ocupado	23.394.919	17.930.890	16.414.728
Pessoal Ocupado com Laços de Parentesco com o Produtor	...	13.607.876	12.810.591
Empregados Contratados Sem Laços de Parentesco com o Produtor	...	4.322.977	3.557.042

Fonte: IBGE - Censos de 1985, 1995 e 2006.

econômica e que as agroindústrias podem ser uma estratégia importante para um desenvolvimento rural mais inclusivo, quando o valor agregado ao produto é apropriado pelos agricultores. A avaliação é de que, pequenas agroindústrias alimentares e descentralizadas possam ocupar espaços vazios do mercado, sem competir com a grande indústria, desde que produzindo com qualidade, podendo inclusive voltar-se ao mercado externo. Esta pode ser uma estratégia importante de desenvolvimento do meio rural, porquanto serve para cumprir as funções de produção, consumo e acumulação, além da manutenção do patrimônio familiar (EMATER-MG, 2004).

Essa lógica familiar não a exime de que esteja sob os imperativos da racionalidade econômica, como uma empresa capitalista, indica sim, que pode haver uma racionalização da produção com agregação de valor à mesma. Lamarche *apud* Brandenburg (1999) localiza

num extremo, unidades em que ela é determinante: “a exploração familiar de subsistência” e noutras unidades produtivas que operam segundo uma racionalidade empresarial capitalista: a empresa. O autor resume: na agricultura familiar o interesse econômico e os interesses pessoais e subjetivos podem se realizar ao mesmo tempo, enquanto na organização empresarial capitalista não há lugar para subjetividades. Daí sua importância social, porquanto consegue interagir um duplo interesse.

Graças às suas características de diversificação e integração de atividades, a agricultura familiar pode representar a opção ideal para a dinamização e o desenvolvimento de uma agricultura ambiental e socialmente sustentável. A agricultura alternativa, embora possa não apresentar os mesmos resultados em relação à produtividade, constitui uma estratégia, não de resistência à adoção de tecnologias modernas, mas de manutenção da

produção familiar no campo, enquanto defesa de uma identidade ou de um certo “modo de vida” (BRANDENBURG, 1999). De modo geral o agricultor familiar tem um dedicado amor à terra e procura manter os recursos da natureza como herança aos seus descendentes.

Para Brandenburg (1999) os momentos de crise de uma sociedade podem ser definidos como os mais férteis na geração de propostas de reorganização social. O movimento em favor de uma agricultura alternativa no Brasil nasceu num momento de crise para os agricultores familiares e sob a crítica de ser uma questão marginal ao progresso técnico, como uma volta ao passado, e por isso como uma proposta de retrocesso ao desenvolvimento das forças produtivas. Sachs (2003) avalia que em boa hora, os brasileiros rompam com a triste herança do passado colonial e estão redescobrando o potencial de desenvolvimento sustentável do Brasil rural. O autor aponta para um possível resgate da dívida social, bem como injetar um novo dinamismo na economia nacional, ao mesmo tempo em que descarte as práticas de exploração predatória dos imensos recursos naturais do país.

## **A AGRICULTURA FAMILIAR E O MEIO AMBIENTE**

Nesta virada de século a humanidade se defronta com um duplo problema: social e ambiental. Neste contexto a agricultura está chamada a desempenhar um papel importante, senão decisivo, no encaminhamento das estratégias frente ao desafio. Em que pesem os fenomenais avanços da ciência e da tecnologia, cresce a ameaça de rupturas dramáticas nos ecossistemas globais, enquanto centenas de milhões de seres humanos nascem, vivem e morrem na miséria (ROMEIRO, 1998).

Segundo Abreu (2005) É na década de 90, todavia, que o debate sobre os problemas ambientais se expande e a sociedade parece tomar consciência da questão. Passam então a questionar o modelo quanto à sua capacidade de promover equilíbrio ambiental e equidade social, abrindo-se então, uma ampla discussão sobre o que seja sustentável para além do econômico e do ambiental, incorporando outras dimensões como a humana; social; política e cultural (EMATER-MG, 2004).

Abreu (2005) aponta que no Brasil, a crise ecológica do mundo agrícola é explicitada pelo debate acirrado entre ambientalistas, que preconizam a produção de alimentos saudáveis e à preservação de recursos naturais, do solo agrícola e da biodiversidade das florestas. Do outro lado os defensores da agricultura tecnificada e produtivista, que se estabelece a partir de um jogo ambíguo de interesses imediatos e circunstanciais, que possibilitam eventualmente a eclosão social de uma representação de risco ambiental pelos atores sociais, de evidente importância em uma sociedade moderna. A autora acrescenta que essa discussão sobre as formas sociais na agricultura não é nova, e já há muito tempo, intelectuais e políticos debatem a superioridade das grandes explorações sobre as pequenas, a grande eficiência do trabalho familiar sobre o trabalho assalariado, e a supremacia das unidades individuais de exploração agrícola sobre as formas coletivas de produção.

Abreu (2005) lembra que o mundo rural foi até recentemente o mediador cultural privilegiado da relação do homem com a natureza. Tal mediação foi e ainda é, estabelecida a partir de um saber e de práticas elaboradas em tempos longínquos. O “lugar” da família, isto é, o patrimônio fundiário familiar, constitui um elemento de referência e de convergência,

mesmo quando a família for pluriativa e alguns de seus membros viverem em locais diferentes. Ela é depositária de uma cultura que é necessária para a dinamização técnicoeconômica, ambiental e sociocultural do meio rural. Daí a importância dessa herança fundiária familiar e das estratégias para constituí-lo e reproduzi-lo, sobretudo em um processo que valorize a identidade territorial. Em consequência, o estudo do “lugar” dos agricultores, o seu território não pode deixar de tratar de questões como valores e práticas familiares de valorização dos componentes que realizam essas experiências (EMATER-MG, 2004).

As tradições da roça, como: festas religiosas, comidas típicas, artesanatos e danças, ajudam a preservar as raízes e o jeito de ser do povo brasileiro, com sua enorme diversidade cultural, o que exige abordagens específicas e construção de estratégias diferenciadas. No que se refere à agricultura familiar, tem-se também que pensar em diferenciações: agricultura familiar tradicional, descendentes de imigrantes, remanescentes de quilombos, nações indígenas e assentados da reforma agrária. Há que se considerar o processo de origem e formação destas comunidades e os valores que fundamentam sua cultura. Assim, para isto acontecer, é fundamental que políticas estruturadas e implementadas pelos Municípios, Estado e União tenham o fortalecimento da agricultura familiar como seu principal alvo (EMATER-MG, 2004). Entretanto é necessário que a formulação e implementação dessas políticas públicas necessárias à agricultura familiar tomem um sentido holístico, sendo executado por equipes multidisciplinares e não setoriais.

Contudo, mesmo com toda importância para o desenvolvimento do país, a agricultura familiar enfrenta vários desafios. Dentre esses

salienta-se as questões quanto à qualidade de vida, como os serviços de saúde, escola, energia elétrica, transporte, estrada, lazer, telefonia, melhoria da renda e moradia digna, além das condições de comercialização de seu produto. Todos esses fundamentos juntos possibilitam as pessoas se articularem em redes de cooperação, para realizarem a transformação da sua realidade social, que combina e opera o bem-estar econômico, o equilíbrio ambiental, a equidade social e a satisfação das necessidades humanas de forma integrada. Isso pressupõe um novo modo de intervenção do poder público e da sociedade civil, que muda de uma atuação setorializada e desarticulada para uma atuação multidisciplinar e de complementaridade intersetorial numa relação de parceria (EMATER-MG, 2004).

O próprio caráter policultor da agricultura familiar, não prescinde do homem de múltiplas e complexas necessidades. Daí, não cabe mais formular e implementar, num movimento de segmentos isolados, políticas públicas de educação, saúde, ocupação e renda, moradia, infra-estruturas de produção e lazer, cultura, segurança alimentar, manejo ambiental, participação política, etc.. A fragmentação significa enxergar a realidade de forma difusa, quando ela não é, ocasionando o desperdício de oportunidades, talentos e recursos públicos e privados. Assim, alcançada uma visão holística da dimensão do desenvolvimento humano e suas perspectivas de sustentabilidade tornar-se-ia compreensível um processo abrangente de expansão e do exercício do direito de escolhas individuais e coletivas. Santos (2007) recomenda neste sentido, quando aponta que os caminhos devam conduzir e viabilizar as conexões para um conhecimento prudente para uma vida decente, a que chama de conhecimento-

emancipação, avaliando que está a surgir um novo paradigma epistemológico e sócio-cultural. Salienta-se que as opções por uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento ou um padrão de vida decente são fundamentais aos seres humanos.

## A AGRICULTURA FAMILIAR E A SUSTENTABILIDADE

O ser humano passou a praticar a agricultura há cerca de 10 mil anos. Dessa forma deu um passo decisivo na sua história e na sua inserção junto a natureza, bem como na diferenciação em relação às demais espécies de animais. A prática da agricultura provoca uma modificação radical nos ecossistemas. Romeiro (2003) aponta que, apesar de modificar radicalmente o ecossistema original, a agricultura não é necessariamente incompatível com a preservação do equilíbrio ambiental fundamental. É perfeitamente possível a preservação dos mecanismos básicos de regulação ecológica, ao implantar um sistema de produção agrícola.

Segundo Romeiro (2003) o conceito de desenvolvimento sustentável é normativo e surgiu com o nome de ecodesenvolvimento no início da década de 1970, num contexto de controvérsia sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente. Naturalmente intrínseco à agricultura familiar, a sustentabilidade, na opinião de Etges (2001) não é algo estático ou fechado em si mesmo, mas faz parte de um processo de busca permanente, de estratégias de desenvolvimento que qualifiquem a ação e a interação humana nos ecossistemas.

Romeiro (1998) recorda que da conferência de Estocolmo (1972) emergiu o conceito de *ecodesenvolvimento sustentável* hoje em uso. Sua novidade estava na negação da

visão prevalecente de crescimento econômico como condição necessária e suficiente para o progresso. Daí aplicado ao setor agrícola, o autor aponta que esse novo conceito de desenvolvimento sustentável, já com inúmeras definições, reflete a idéia básica de que o desenvolvimento, para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável.

Decorrente da Conferência de Estocolmo (1972) foi produzido o Relatório Brundtland, cujo documento final intitulado "*Nosso Futuro Comum*", publicado em 1987. Este, adotou e disseminou o conceito de desenvolvimento sustentável, concebido como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades", para diferentes setores da sociedade, entre eles a agricultura. Dourojeanni & Pádua (2001) apontam que tal tese foi aceita por muitos como uma solução quase salomônica, a meio caminho entre a economia de mercado e anseios de justiça e igualdade, com preservação do meio ambiente, a longo prazo. Ou seja, não havia como contrariar o poder e o interesse dos países industrializados, que adotam determinado modelo de desenvolvimento. Destarte, apontar um caminho para as nações em desenvolvimento, para os riscos do uso excessivo dos recursos naturais, sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas, esclarecendo que há um limite máximo para sua utilização, de modo que a vida seja preservada.

O termo "sustentável" virou moda, uma verdadeira "grife". Quer vender? Diga que o produto é fruto de um projeto de desenvolvimento sustentável. Atualmente tudo leva a terminação sustentável: sociedade

sustentável, agricultura sustentável, manejo sustentável, etc. Para Dourojeanni & Pádua (2001) nenhum termo tem sido tão discutido, em época recente. Avaliam os autores que, por ser um conceito não solidificado, nem bem compreendido, tampouco é universalmente aceito, como os franceses, por exemplo, que o traduzem de forma menos comprometedora pelo termo “desenvolvimento durável”. Etges (2001) afirma que a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), ocorrida no Rio de Janeiro reafirmou este ideal, quando apresentou o “desenvolvimento sustentável” como aquele: “capaz de garantir as necessidades das gerações futuras”. Neste evento, também foi definida a Agenda 21, que pretendeu ser um plano de ação para o século XXI.

A este respeito, Becker (2005) aponta que o esforço de alguns países, inclusive o Brasil, para implementar a Agenda 21 não teve resultados significativos, tanto no plano interno quanto no externo. A autora avalia que:

*“enquanto essa agenda permanece etérea e de difícil assimilação, as convenções se arrastam por infundáveis reuniões, tornando necessário em cada uma delas ganhar verdadeiras guerras contra pontos capciosos contidos nos complexos documentos trazidos à consideração. Tal situação expressa dois processos em curso: a falsidade do discurso do bem coletivo pela sustentabilidade, na medida em que as convenções se transformam em fóruns globais de regulação do mercado da natureza, e o interesse das potências em dominar esse mercado num contexto de intensa busca de unipolaridade por parte dos Estados Unidos” (p 251).*

De tudo, o essencial é mover as vontades individuais para vontades coletivas, com objetivos comuns, centrados num novo modelo de desenvolvimento, cujos fundamentos são compostos por matrizes culturais, que representam os valores e as crenças das pessoas; a energia política, que expressa a vontade para mover-se, para agir e a qualidade da participação, que move o sujeito por todo o movimento. Tais ações estão implícitas no desenvolvimento rural sustentável, ou seja, o produtor alcançando as questões acima elencadas estará automaticamente atingindo a primazia do processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho busca conhecer o processo de construção da agricultura familiar no Brasil, a partir de uma abordagem histórica sobre sua instalação inicial nas franjas das grandes propriedades coloniais, por meio da mão-de-obra dos agregados e escravos, funcionando praticamente como meio de subsistência a essa população. Não por acaso serve a história como meio de se entender o tempo presente, porquanto seu processo costuma repetir-se e depreendendo deste, os ensinamentos das relações que o sujeito estabelece com seu espaço, salientando sobre suas mais caras tradições.

Entretanto, a agricultura familiar em sua concepção mais simples encerra uma boa dose de heterogeneidade e guarda uma peculiar complexidade fundada nas próprias relações familiares e de parentesco. Todas essas características irão por certo afetar o desempenho das atividades a que se propõe o núcleo familiar. Seu forte atrelamento às tradições e sua ancoragem no passado, lhe impõe uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo

em que necessita dessa memória, precisa adequar-se ao momento atual e às exigências da sociedade e do mercado, ou seja, adaptar-se ao contexto dinâmico contemporâneo.

Dentro dessa perspectiva existe um nó, um outro problema e que constitui um dos desafios para a moderna agricultura familiar, o da comercialização de seu produto. Simultaneamente ao seu desenvolvimento existe por certo o mesmo desempenho do grande produtor, alcançando de maneira maior e mais rápida o consumidor. Este é talvez um dos maiores problemas da agricultura familiar, numa busca incessante do aproveitamento de oportunidades e formas de superar tais obstáculos. Este desafio aponta para sua capacidade de organização, que lhe dê poder para defender seus interesses e se promover.

Essa reflexão sobre o desenvolvimento rural e possivelmente sustentável deve se viabilizar a partir da construção e implementação de estratégias de desenvolvimento definidas e pactuadas pelos agricultores e suas organizações com o poder público e outros atores sociais, na busca permanente pela formação e implementação de políticas públicas com ações integradas e executadas por equipes multidisciplinares, abandonando o modelo setorial. Este alcance deve propor como condição básica, cinco objetivos básicos: o social, com a redução das desigualdades, da pobreza e melhoria da qualidade de vida; o ecológico/ambiental, como forma de manter os estoques de recursos naturais; o econômico com viabilidade e rentabilidade, geração de ocupação e renda; o político-organizacional com a capacidade de organização em torno de interesses comuns e finalmente o cultural com a valorização da cultura local.

Finalmente deve ser considerada a questão ambiental, historicamente pelos séculos de utilização desmedida, causando um acentua-

do processo de degradação ambiental que chega às raias do limite perigoso para o ser humano. Disso demanda o aumento da consciência ambiental de toda a sociedade. Concomitante, há nisso tudo um grande trunfo para a agricultura familiar, com o aproveitamento da oportunidade de agregar valor à mercadoria produzida segundo os preceitos adequados às normas ambientais, estabelecendo uma vantagem comparativa sobre os demais produtos de economia de escala. Diga-se de passagem, as denominações “sustentável” e/ou “orgânico” tornaram-se as pílulas douradas do marketing. Uma boa leitura do cenário permite o alcance dos objetivos, sem correrem demasiados riscos, pois a agricultura familiar, antes eminentemente familiar, quando se associa em torno de cooperativas e organizações congêneres, passa a tornar-se protoempresarial, com novos objetivos, desafios e riscos.

## NOTAS

<sup>1</sup> Graduado em História e Geografia e Doutorando em Geografia pela UNESP “Júlio de Mesquita Filho” – IGCE/Rio Claro/SP.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Lucimar Santiago de. *A Construção da Relação Social com o Meio Ambiente entre Agricultores Familiares da Mata Atlântica Brasileira*. Jaguariúna: EMBRAPA, 2005, 176 p.

ABREU, Maurício de Almeida. *A Apropriação no Brasil Colonial*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs) *Explorações Geográficas: Percursos no Fim do Século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 367 p. 197-245.

BECKER, Bertha K. *Região Amazônica: uma Análise Geopolítica*. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. (Org) *Que País é esse? Pensando o Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Globo, 2005. p. 245-281.

BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura Familiar*,

ONGs e Desenvolvimento Sustentável. Curitiba: Editora UFPR, 1999, 326 p.

CALZAVARA, Oswaldo. Agroindústria Associativa como Estratégia para um Desenvolvimento Rural de Inclusão. In: CALZAVARA, Oswaldo & LIMA, Rodne de Oliveira. (Orgs) Brasil Rural Contemporâneo: Estratégias para um Desenvolvimento Rural de Inclusão. Londrina: Eduel, 2004. p. 163-185.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores Familiares e Pluriatividade: tipologias e políticas. In: Mundo Rural e Tempo Presente. Rio de Janeiro: Mauad e Pronex, 1999, p. 323-344.

DOUROJEANNI, Marc J. & PÁDUA, M<sup>a</sup> Tereza Jorge. Biodiversidade: a Hora Decisiva. Curitiba: Editora UFPR, 2001, 308 p.

EMATER-MG. Projeto Inovar: Sistema de Planejamento Participativo e Gestão Social. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2004.

ERTHAL, Rui. A Colonização Portuguesa no Brasil e a Pequena Propriedade. In: SANTOS, Milton & BECKER, Bertha K. (Orgs) Território, Territórios: Ensaio sobre o Ordenamento Territorial. 2<sup>a</sup> edição. Niterói: DP&A-PPGEO/UFF, 2006. p. 249-282.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Desenvolvimento Rural: Potencialidades em Questão. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2001, 139 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os Desafios da Geografia Agrária para Explicar as Políticas de Reforma Agrária nos Governos Cardoso e Lula. In: SILVA, J. Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz & ELIAS, Denise (Orgs) Panorama da Geografia Brasileira 1. São Paulo: AnnaBlume, 2006. p. 191-202

HOLANDA, Sérgio Buarque. O Advento do Homem Branco. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I, A Época Colonial. 5<sup>a</sup> edição. São Paulo: Difel, 1976. p. 87-144.

IBGE - Censo Agropecuário – 1985, 1995 e 2006. Rio de Janeiro: IBGE.

MARAFON, Gláucio José. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense. In: Rev. de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p-17-60, fev. 2006.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: LECH, 1981, 157.

MERCADANTE, Paulo. Os Sertões do Leste: Estudos de uma Região: a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, 135 p.

MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M. Geografia Crítica - A Valorização do Espaço. 4<sup>a</sup> edição, São Paulo: Hucitec, 1999. 196 p.

MORAES, A. C. R. Base da Formação Territorial do Brasil : o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000. 431p.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Território e História no Brasil. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Annablume, 2005, 154 p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. In: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília & VINHA, Valéria (Orgs) Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 1-29.

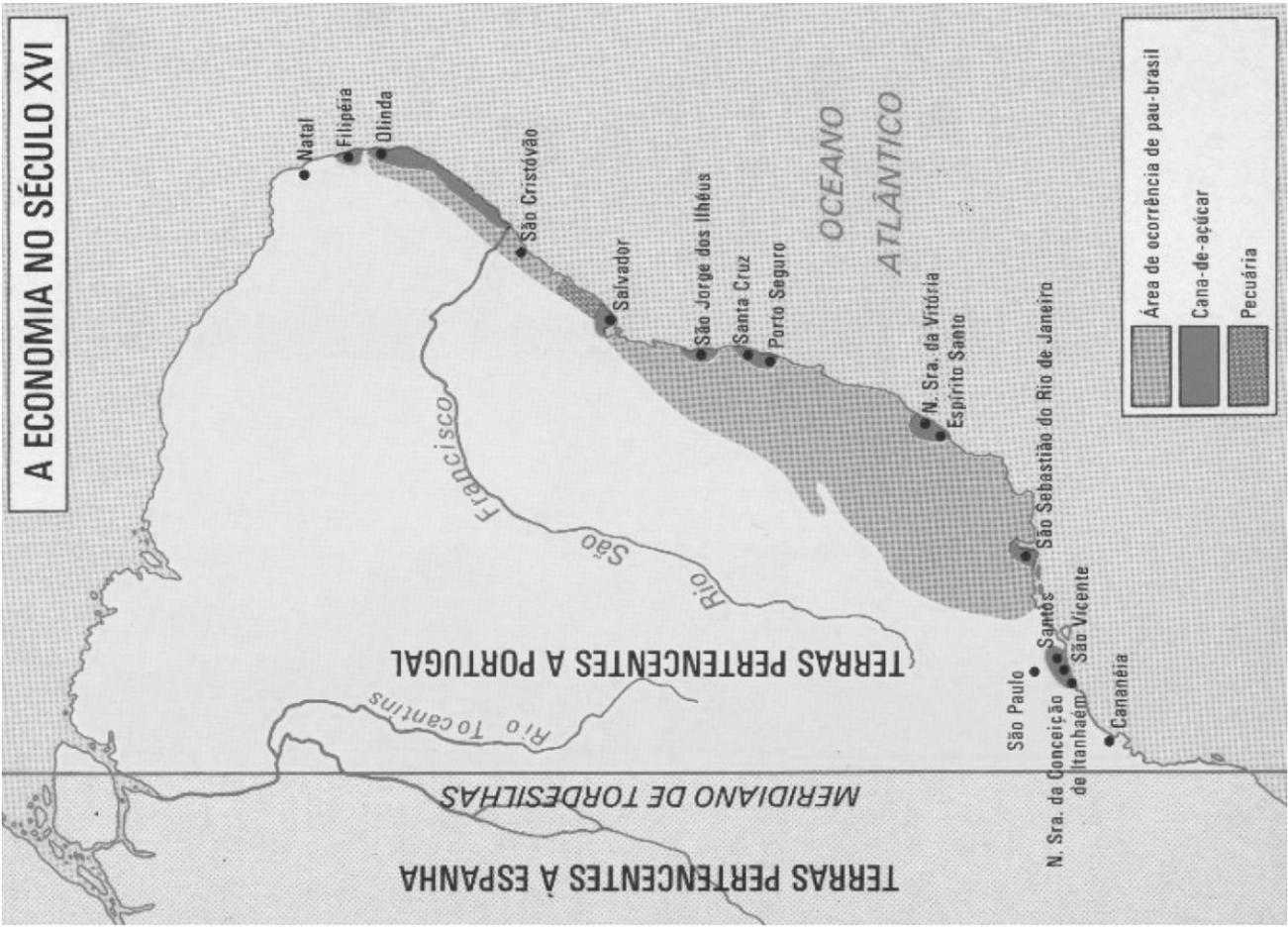
ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura. São Paulo: AnnaBlume, 1998, 272 p.

SACHS, Ignacy. Inclusão Social pelo Trabalho: Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, 200 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência. 6<sup>a</sup> edição. São Paulo: Cortez, 2007, 415 p.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, 220 p.

### A ECONOMIA NO SÉCULO XVI



### O POVOAMENTO NO SÉCULO XVI

